



2024

V.17

# História da Historiografia

International Journal of Theory  
and History of Historiography



ISSN 1983-9928



Sociedade Brasileira  
de Teoria e História da  
Historiografia



UNIRIO



UFOP



Artigo Original

AO

Research Article





# A temporalidade da catástrofe palestina: uma análise da obra de Constantine Zurayk e a formação de uma historiografia da Nakba

The temporality of the Palestinian catastrophe: an analysis of Constantin Zurayk's work and the formation of a Nakba historiography

---

Carolina Ferreira de Figueiredo

carolina.f.figueiredo@ufes.br

<https://orcid.org/0000-0002-1054-9924> 

Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Departamento de História, Vitória, ES, Brasil



## Resumo

O presente artigo tem por objetivo analisar a obra escrita pelo historiador sírio Constantine K. Zurayk, intitulada *Ma'na al-Nakba, O Significado da Nakba*, acerca da expulsão da população palestina, em meio ao processo de criação do Estado de Israel em 1948. A obra, publicada no mesmo ano, apresenta reflexões sobre o problema palestino relacionado a uma causa árabe, bem como um efeito do Sionismo. A partir desta publicação, busca-se refletir sobre as transformações da temporalidade e da escrita da história palestina em relação a esta dimensão basilar: a Nakba e seus desdobramentos para a população e para o território. Além de Zurayk, visualiza-se outras produções contemporâneas ao autor, assim como uma produção acadêmica mais recente, sobretudo a partir de 1970. Apresenta-se a formação de uma historiografia sobre a Nakba, bem como discute-se permanências e mudanças nas perspectivas sobre a Nakba e sua relevância no presente para se pensar a “questão palestina”.

## Palavras-chave

História Intelectual. Historiografia do século XX. Identidade Nacional.

## Abstract

This article aims to analyze the work written by the Syrian historian Constantine K. Zurayk, titled *Ma'na al-Nakba, The Meaning of the Disaster* about the Nakba, the expulsion of the Palestinian population, in the midst of the creation of the State of Israel in 1948. The work, published in the same year, presents reflections about the Palestine problem related to the Arab cause, as well as an effect of Zionism. Based on this publication, we seek to reflect on the transformations of the temporality and the writing of Palestinian history in relation to this central dimension: the Nakba and its consequences for the Palestinian population and the territory. In addition to Zurayk, other productions contemporary to the author are visualized, as well as more recent academic production, especially from 1970 onwards. The formation of a historiography on the Nakba is presented, as well as the continuities and changes in the perspectives about the Nakba and its relevance in the present for thinking about the “Question of Palestine”.

## Keywords

Intellectual History. 20th century historiography. National Identity.



## Introdução

Este artigo tem por objetivo refletir sobre a formação contemporânea da Palestina, partindo da problemática da escrita da história palestina nos séculos XX e XXI. Para tanto, é necessário compreender o percurso histórico recente da região e de sua população, marcado pelo deslocamento e expulsão territorial em decorrência da formação do Estado de Israel, desde 1947, e com a sua criação “oficial”, em maio em 1948. Ao longo do artigo, abordaremos questões relativas a um processo histórico que culminou em fins da década de 1940, como o colonialismo europeu, o Sionismo e as lutas anticoloniais no mundo árabe, mas nos centraremos, particularmente, na proposição de um marco temporal a partir de 1947-1948, denominado de al-Nakba, ou a catástrofe palestina. É a partir da Nakba que há uma ruptura na história da Palestina, com efeitos calamitosos na vida de palestinos, com uma nova configuração socioespacial da região e uma reimaginação da temporalidade palestina. Como discutiremos, a Nakba ultrapassa os eventos de 1948 e torna-se um ponto nodal para a compreensão e vivências das experiências contemporâneas e, nesse sentido, para as construções das narrativas históricas no/do presente.

É possível dimensionar a Nakba a partir de uma significação complexa, presente no léxico cotidiano de palestinos, bem como na construção de uma historiografia sobre este processo histórico, desde 1948 e em transformação, atravessado por embates sobre a possibilidade de existir, no exame e reexame sobre a história, na importância da memória, e na constante articulação entre passado e presente. Partindo destas questões, portanto, nos debruçamos sobre uma obra em particular, escrita pelo historiador sírio Constantine Kaysar Zurayk (1909-2000). O autor publicou, no ano de 1948, em meio à criação do Estado de Israel, o livro *Ma'na al-Nakba*, ou *O Significado da Nakba*, abordando elementos do que chamou de “problema da Palestina”. Zurayk nasceu em Damasco, em 1909, e percorreu uma carreira acadêmica, tendo obtido seu título de Doutor em 1930 pela Universidade de Princeton, nos Estados Unidos. O historiador passou grande parte de sua vida como professor especialista em “História Oriental” na Universidade Americana de Beirute, no Líbano, ainda que tenha tido posto diplomático nos Estados Unidos na década de 1940. Atento ao papel do intelectual – tema presente no livro que analisaremos, podemos considerar que Zurayk fazia parte de uma *intelligentsia* árabe do período, preocupada com as questões do “progresso” e da formação do mundo árabe em meio ao contexto de descolonização. Integrante de uma tradição intelectual liberal, uma vez que podemos situar outros projetos para a região, como intelectuais ligados ao campo do socialismo (Beinin, 1990), Zurayk desenvolve reflexões sobre a Palestina, sua nova realidade e a relação com os países árabes. O autor, nesse aspecto, dialoga com uma proposição mais ampla de unidade na região, aquilo que ficou chamado



de Pan-Arabismo, como abordaremos. Nesse sentido, significações como “identidade nacional”, “modernidade” e “união árabe” estavam no centro dos debates intelectuais (Barnett, 1998; Gerges, 2018), perspectivados também por atitudes anticoloniais.

Partindo da obra *Ma'na al-Nakba*, procuramos propor alguns desenvolvimentos acerca da Nakba: em um primeiro momento, discutir a publicação de Zurayk, aprofundando nos argumentos e questões levantadas pelo intelectual. Após esta etapa, procuramos pensar esta obra dentro de um conjunto de formação de uma historiografia da Nakba, com publicações contemporâneas à de Zurayk, de autores como Musa al-'Alami e 'Arif Al-'Arif, que integram o contexto das décadas de 1940 e 1950 e outras pertencentes a uma historiografia mais recente, sobretudo a partir de 1970, com pesquisadores/as como Rashid Khalidi, Nur Masalha, Nahla Abdo, entre outros. Ainda que entendendo que não há uma continuidade entre as obras, procuramos traçar um certo desenvolvimento da abordagem da Nakba, em que seja possível observar, de acordo com um estudo de investigação historiográfica, aproximações e transformações na escrita e na compreensão da catástrofe palestina através desta significação basilar, a Nakba.

É necessário, portanto, iniciar pela Nakba. Este evento trata da expulsão massiva da população palestina de seu território para a criação de um Estado novo – Israel, seja por meio de sua eliminação, seja pela ideia de “transferência”, isto é, um eufemismo para uma política de esvaziamento da Palestina a partir da remoção forçada da população local para outros territórios (Masalha, 1992). É possível compreender este processo a partir de uma combinação de elementos e relações desenvolvidas por interesses coloniais de países europeus na região, bem como a partir da fundação do Sionismo, ainda no século XIX, movimento que buscava o estabelecimento de um lar nacional para os judeus. Neste cenário, apontamos para uma conjuntura específica da história europeia, isto é, o desenvolvimento do Imperialismo, que envolveu ações de dominação econômica, cultural, política e militar em diversas partes do mundo (Said, 2007; 2011). Nesse sentido, podemos considerar que o movimento sionista é criado e se desenvolveu em meio a essas questões. Como enfatiza Jorge Tolosa (2018, p. 278), o Sionismo pode ser enquadrado na mesma lógica do Imperialismo e colonialismo europeu neste contexto, cujos binômios entre “civilização e barbárie”, “progresso e atraso” atendiam a uma mesma retórica de dominação da Palestina na virada do século XX.

A Nakba, entendida a partir da história oficial de Israel como a “guerra de independência”, é compreendida pelos palestinos como período da catástrofe que somou mais de 700.000 pessoas expulsas do território (Khalidi, 2020), interrompendo o curso de suas histórias, inaugurando uma nova temporalidade marcada pela violência e pelo trauma. Diante deste cenário, compreendemos a Nakba em três significações temporais: (1) trata, especificamente, da data de criação do Estado



de Israel em 15 de maio de 1948; (2) determina o processo da Nakba entre 1947 e 1949, que diz respeito ao período do Plano de Partilha da ONU, de 1947, e ao início das invasões de vilas e cidades palestinas por assentamentos judaicos e grupos paramilitares, e finaliza com o armistício assinado entre o recém criado Israel e os países árabes Egito, Síria, Líbano e Transjordânia; (3) dimensiona uma duração estendida, por mais de setenta anos, ao processo de ocupação colonial e seus desdobramentos – massacres, expulsões, legislações excludentes, transferência populacional, destruição material, violação de direitos humanos, o que ficou conhecido como *Ongoing Nakba*, uma catástrofe em andamento, termo proferido publicamente pela palestina Hanan Ashrawi (1946 -) em seu discurso na Conferência das Nações Unidas contra o Racismo, em 2001 (Baroud, 2023).

Assim, é possível visualizar a coexistência das três combinações temporais, produzindo uma singularidade na análise histórica contemporânea da “questão palestina”, tal como se configurou no século XX e continuamente no século XXI. Ademais, estas significações permitem visualizarmos os caminhos da escrita da história da Nakba, partindo de Zurayk, que escreve uma história mais estrita no sentido temporal, associada aos eventos da criação de Israel, para uma historiografia recente, que decorridas décadas do processo histórico, adicionam camadas de análise para a compreensão da Nakba, sobretudo em sua dimensão processual e permanente.

## A Nakba palestina na historiografia: a publicação de Constantine K. Zurayk

É de Constantine Zurayk o uso inaugural do termo Nakba, no sentido da catástrofe resultante da criação do Estado de Israel, em livro já mencionado, *Ma'na al-Nakba*, publicado em agosto de 1948 após o primeiro cessar-fogo da guerra entre Israel e os países árabes. No prefácio datado de cinco de agosto, o intelectual menciona que pretendeu contribuir para a compreensão de seu tempo atual e ajudar grupos nacionalistas. Zurayk dedica o livro aos “compatriotas nacionalistas, como um símbolo de fé, de compartilhamento e de lealdade” (Zurayk, 1956, p. 5, tradução livre do original). Já no início do livro, portanto, é visível o posicionamento do autor quanto ao que chama de “problema da Palestina” como um problema árabe, de modo a conjugar esse desafio, em diversas partes do livro, como “nosso”.

Esta publicação, de 74 páginas, é organizada em seis capítulos<sup>1</sup> que versam sobre as

1 Os títulos são, em tradução livre do original, “A Gravidade do Desastre”, “O Dever do Pensador”, “O Remédio Imediato”, “A Solução Essencial”, “O Significado do Desastre”, “Um Suplemento aos Princípios Subjacentes à nossa Luta na Palestina”.



causas da situação presente de seu tempo e o que deve ser feito, vislumbrando uma resolução árabe, além de duas seções adicionais. Estas se encontram ao final da edição, e são artigos que já haviam sido escritos por Zurayk em momento anterior, o primeiro em 1947, intitulado, em tradução livre, “O conflito entre Princípio e Força no problema palestino” – e o segundo intitulado, também traduzido livremente, “Por que lutamos na Palestina?”, de 31 de maio de 1948, logo após a criação “oficial” de Israel. Retornaremos a estas publicações nas páginas seguintes, já que os textos oferecem pistas sobre as maneiras como Zurayk analisa a formação da catástrofe.

Instigante ainda é a circulação deste livro de Zurayk. No meio árabe, o livro esgotou-se ainda em 1948, sendo publicada uma segunda edição no próprio ano, no mês de outubro (WINDER, 1956, p. ix). Ainda que possamos relativizar a quantidade de volumes impressos – não se tem mais detalhes sobre a produção e circulação do livro neste contexto –, o rápido consumo nos indica um interesse público relativamente grande para o problema regional. Dimensão indicada pelo próprio intelectual, ainda no prefácio, quando fala que seu livro não “inventa a pólvora”, situando, possivelmente, um cenário intelectual árabe que vinha discutindo a gravidade da situação na Palestina. É o que visualizamos, aliás, a partir de estudos recentes sobre o período, sobretudo quanto ao Sionismo, como o do historiador palestino Rashid Khalidi (1997), que mostra como a imprensa árabe e palestina de meados do século XX já denunciava os objetivos sionistas no território palestino, em um cenário efervescente de publicação e reflexão intelectual.

Para fora do mundo árabe, o livro de Zurayk foi traduzido para o inglês em 1956, edição utilizada para esta pesquisa. Com o título *The Meaning of the Disaster*<sup>2</sup>, a tradução foi realizada por R. Bayly Winder, professor do Departamento de Línguas Orientais da Universidade de Princeton. O trabalho de tradução foi realizado como parte de um Programa de Estudos da *American Council of Learned Societies*. Situando Zurayk como um “nacionalista moderado”, Winder ressalta a importância da publicação deste volume, em inglês, para o alargamento da compreensão do cenário palestino desde uma perspectiva árabe, considerando as poucas publicações (em língua estrangeira) sobre o tema naquele contexto. A intenção de tradução, por si só, já suscita questionamentos relevantes, sobretudo o interesse de uma audiência ocidental para uma região de importância geopolítica estratégica. Ademais, R. Bayly Winder ressalta o desejo de ter traduzido a obra anteriormente, compreendendo que alguns eventos de 1948 já teriam se desencadeado à época de sua tradução, na metade da década de 1950.

---

2 Disaster, que pode ser traduzido literalmente por desastre. Aqui, optou-se por traduzir Nakba como “catástrofe”, como usualmente é referida no português. Ademais, na língua inglesa, recentemente, também se tem optado pela tradução de Nakba como catástrofe.





Como é possível demarcar, a publicação de Zurayk é, sobretudo, um texto escrito no calor dos acontecimentos, isto é, no desenrolar de uma das maiores calamidades na história recente para palestinos e árabes. A atuação intelectual, e situada dentro de um léxico nacionalista pan-árabe próprio do período, dá a dimensão regional e política do projeto ou, pelo menos, do objetivo de Zurayk ao escrever em meio à conturbação do momento, em pleno 1948. A partir de uma perspectiva ampla, os sentidos do Pan-Arabismo estavam dimensionados em torno da ideia de um pertencimento histórico, linguístico e cultural comum entre os países da região do Oriente Médio e parte do norte da África (como o Egito), e nessa compreensão, uma união árabe seria capaz de fortalecer os países e suas comunidades de maneira integrada. Contudo, como desenvolve Michael Barnett (1998, p. 45), a construção do Pan-arabismo ocorreu em constante tensão entre a ideia de uma unidade árabe e soberania nacional, tendo a Palestina como um dos pontos fundamentais<sup>3</sup>.

Nesse cenário, as reflexões de Zurayk e suas propostas para ação procuraram dimensionar o evento em sua atualidade, ao mesmo tempo em que buscou criar uma profundidade da questão palestina, traçando elementos históricos, mas, principalmente, ressaltando a contemporaneidade do problema, algo particularmente relevante na compreensão da luta palestina. Portanto, é um livro que capta questões de seu presente, e ciente de que não há um “resultado” ou um “fim” delineado naquele momento. De fato, é a incerteza dos desdobramentos que permitem que o livro se situe em um espectro de luta e expectativas de ação (ou até mesmo esperança) – parte da própria intenção do autor, ao mesmo tempo que aberto às previsões sombrias quanto às consequências da Nakba. Vamos nos aprofundar em alguns temas abordados pelo autor no tópico a seguir.

## A Nakba de Zurayk: as causas e os modos de ação

A dissecação das causas para a Nakba palestina correntes em 1948 se coloca, ao longo dos capítulos, sobretudo a partir de duas questões principais: a atuação dos árabes frente à catástrofe e o Sionismo. Começaremos pelo último.

Zurayk compreende a força do movimento sionista por três aspectos: a organização, a propaganda e o apoio internacional. É interessante observar como o historiador possui compreensão do caráter de um movimento contemporâneo que foi sendo construído ao longo da primeira metade do século XX. Nesse sentido, ainda que em algumas partes Zurayk recorra a uma identidade judaica, ou retorne a tempos mais remotos (como é o caso de um de seus

3 Por exemplo, Murilo Meihy (2014) discute sobre as lideranças neste período e a relação dos países árabes com a Palestina, bem como os usos políticos da “questão palestina”.



artigos, que retomaremos mais adiante), a fundamentação do problema parece estar alocada em um processo de poucas décadas, que ganhou força no período, algo bastante importante para repensarmos o processo histórico da Palestina. Por um lado, porque há um discurso sobre a suposta antiguidade do “conflito” entre Israel e Palestina, ratificando uma narrativa sionista que também busca justificações em passados longínquos ou mesmo com o apoio da religião para indicar a legitimidade natural do território aos judeus e israelenses. Por outro, considera-se, muitas vezes, que não houve resistência por parte dos árabes e palestinos ao longo de todo processo que culminou na Nakba, como se o deslocamento para outras vilas e cidades em busca de refúgio tivesse sido uma movimentação espontânea de famílias<sup>4</sup>.

Como indicado anteriormente, o entendimento do projeto sionista por parte da população local (ou pelo menos dentro de uma intelectualidade, em que se tem mais registros) esteve presente tão logo criou-se o movimento, como apresenta o historiador Rashid Khalidi (2020, p. 13). Segundo o autor, uma documentação encontrada na biblioteca pertencente à sua família indica que Yusuf Diya al-Din Pasha al-Khalidi (1829-1906), seu tio de terceiro grau e intelectual muçulmano, chegou a escrever uma carta em 1899 para ser encaminhada a Theodore Herzl (1860-1904), um dos fundadores do Sionismo, debatendo a ideia da criação de um Estado em seu território. Nesse sentido, Zurayk parece se ambientar da mesma forma ao produzir sua reflexão sobre a Nakba palestina, colocando o Sionismo na centralidade do problema, responsável pela expulsão e colonização do território – aliás, utilizando destes termos que também são bastante significativos à historiografia mais recente e diretamente relacionados às críticas do campo pós-colonial.

O autor avalia que, ao entrar na guerra, a atuação e atitude para enfrentamento não sofreu mudanças, mantendo-se similar desde 1939. Vale lembrar que, em 1922, a Inglaterra instituiu o Mandato Britânico na Palestina, garantindo domínio sobre o território. Como discute Sherene Seikaly (2016), foi um período violento em que a população palestina esteve exposta a dificuldades econômicas, bem como sujeita a controle político, com demolição de casas, prisões, práticas de tortura e exílio. Os palestinos resistiram à colonização britânica nesse contexto, sendo a Revolta Árabe, entre 1936 e 1939, uma mobilização de cunho nacionalista, a maior expressão disto. Lembrando deste episódio, contudo, para Zurayk, as táticas de manifestações públicas [*demonstrations*] e ataques localizados durante o período do Mandato não seriam mais suficientes diante de uma nova situação. O autor diz:

---

4 Nos estudos de Matar (2011) e Abdo (2018) é possível encontrar relatos de palestinos sobre este processo. Vale destacar que a “vacância” dos lares foi tornada um instrumento legal de Israel a partir da The Absentee’s Property Law, de 1950 (Masalha, 2003).



Parece que não percebemos que naquela época o objetivo da luta era incomodar o Estado mandatário, enfraquecer seu prestígio (...) para aliviar a pressão de seu domínio e repelir o perigo sionista, que dependia de sua proteção (...) Agora a situação mudou. A luta não é mais dirigida contra um Estado mandatário, mas contra um grupo que acredita em seu direito ao país (...) (Zurayk, 1956, p. 30, tradução livre do original).

Nesta passagem, Zurayk evidencia o caráter duplo da luta, compreendendo a relação do domínio colonial da Inglaterra com a própria organização do Sionismo na região. É importante destacar que, ainda em 1917, a Inglaterra publicou um documento conhecido como a Declaração de Balfour, que indicava o apoio do país ao estabelecimento de um lar nacional para os judeus, atendendo a uma agenda sionista, sendo os palestinos relegados à invisibilidade (Khalidi, 2007, p. 32). Contudo, Constantine Zurayk situa uma diferença na natureza das colonizações – ainda que não desenvolva este ponto, indicando que a situação do Mandato seria diferente de uma força externa que entendia ter direito àquela terra, o que, invariavelmente, necessitaria de modos diversos de se lutar.

Um elemento recorrente quando o historiador se refere ao Sionismo é a propaganda e o apoio internacional. Talvez seja possível problematizar o caráter quase “ideal” da organização sionista que Zurayk parece veicular em sua obra, no sentido de que é atribuída como unívoca e sem tensões; contudo, entende-se que o autor está acentuando o modelo de organização para evidenciar a situação contrária dos árabes – “desorganizados” e com pouco apelo internacional. De fato, o autor relaciona diretamente a organização sionista com um cenário mais amplo internacional, amparados em uma rede complexa e que dá suporte ao projeto de colonização no território. A propaganda sionista seria este braço fundamental para, por um lado, ratificar e dar legitimidade à ação, e por outro, invisibilizar ou diminuir a importância do outro. Zurayk expressa isso em algumas partes: “Dirão também que os árabes da Palestina se mostraram fracos e impotentes; que assim que as primeiras bombas caíram, eles caíram em total debandada (...) que um grande número deles havia fugido antes mesmo da batalha e se refugiado em outros países árabes (...)” (Zurayk, 1956, p. 26, tradução livre do original).

Em outro trecho, esta mesma dimensão está presente:

Quão dolorosas são as observações que ouvimos de visitantes e testemunhas estrangeiros que vieram aos países árabes no momento dos combates e que não viram neles nenhum sinal da verdadeira guerra, mas que viram milhares de automóveis devorando gulosamente um dos mais importantes materiais de guerra, e que via o



povo se ocupar com passatempos e prazeres, festas e atividades sociais (...) (Zurayk, 1956, p. 18, tradução livre do original).

Nestas duas passagens, é perceptível que o apelo internacional, ou a ideia de como os árabes serão vistos importa profundamente, algo que reverte diretamente na moralidade da luta árabe, uma dimensão presente nesta e em outras obras, e que deve ser problematizada. Zurayk compreende, ao seguir sua argumentação, que as críticas podem ser “sinceras ou não”, mas atingem o núcleo da força árabe para enfrentar este problema. Nesse sentido, podemos compreender o sentido da moderação atribuída por R. Bayly Winder, especialmente porque, ainda que Zurayk faça uma crítica direta ao Sionismo, entendido aqui como movimento associado ao processo de expulsão da população da Palestina, esta proposição é acompanhada pela própria derrota dos árabes, e o que lhes faltava para que conseguissem superar este problema.

O autor também localiza o Sionismo como pertencente ao Ocidente, em uma possível aproximação histórica, embora não realize um estudo para a historicização do movimento e sua relação com a história europeia, por exemplo. O sentido de aproximação ocorre a partir da lógica da reprodução da “modernidade ocidental”, e, nesse âmbito, perigosa por inculcar sentidos de progresso e superioridade a partir de uma noção específica. Por um lado, compreende-se a linha de argumentação do autor em torno dessa aproximação, sobretudo ao projeto colonial e às dimensões do Imperialismo, como tratado anteriormente. Por outro, e analisando sua escrita em uma perspectiva historiográfica, Zurayk demonstra uma percepção de oposição dicotômica entre Ocidente e Oriente. Esta foi uma reflexão central dos intelectuais de sua geração, que no choque do encontro colonial, buscaram acomodar uma série de questões para as sociedades árabes-islâmicas, como é possível observar nos pensadores desta modernidade imposta, pelo menos desde os fins do século XIX, discutidos por Albert Hourani (1983) e Stephen Sheehi (2006). Sob a perspectiva do autor, se o Sionismo está próximo do Ocidente, o Oriente apresenta-se como algo diverso. Ao mesmo tempo, há uma certa tensão com o sentido do desenvolvimento árabe (o Oriente, nesse sentido), um debate presente até o hoje, sobretudo em torno da possibilidade de desenvolvimento dos países e de suas sociedades.

No texto de Zurayk de 1947, publicado na edição de Natal do jornal *al-'Amal*, baseado em Beirute, e presente como seção adicional ao final da edição de *Ma'na al-Nakba*, o tom de denúncia ao Sionismo e ao Imperialismo está mais fortemente demarcado. Para o autor, “um dos resultados da intensa campanha de propaganda sionista foi tecer em torno do cerne do problema da Palestina uma teia de visões enganosas que desviaram a opinião pública mundial da realidade (...)” (Zurayk, 1956, p. 55, tradução livre do original). Nesta seara, ainda afirma que



"(...) o estado sionista que agora está sendo construído na Palestina está o mais longe possível da religião (...) Ele usa o princípio da religião, entre outras coisas, apenas como veículo de propaganda (...)" (Zurayk, 1956, p. 62, tradução livre do original). E continua sua argumentação ao dizer que a situação da Palestina é um problema global, denunciando a atuação da Inglaterra no início do século, e mais recentemente em seu tempo, as decisões tomadas pelas Nações Unidas.

O artigo ainda volta ao passado para tratar da história judaica e da história árabe para situar a ideia de uma suposta legitimidade baseada numa história antiga. Mas afirma: "Mesmo se concedermos aos judeus um direito histórico no passado, que direito isso lhes confere no presente?" (Zurayk, 1956, p. 61, tradução livre do original), no sentido de que não é cabível, em tempos modernos, que sociedades passem a clamar pela volta de seus "impérios". Afirmativo neste ponto, e sob um tom de luta anticolonial própria de seu tempo, diz que "(...) a refutação mais importante do ponto de vista de princípio é que o direito de conquista não pode mais ser considerado uma base da organização mundial" (Zurayk, 1956, p. 57, tradução livre do original). Zurayk busca abarcar todos os aspectos da argumentação da dominação da Palestina, recorrendo até à refutação da retórica da antiguidade. Necessário do ponto de vista político, embora sua ênfase bastante acurada do processo histórico está em sua observação acerca da contemporaneidade do Sionismo, como já mencionado. Ademais, ainda que suas palavras nesse artigo não divirjam do que fundamenta ao longo de sua obra como um todo, aqui a linguagem empregada é mais politicamente engajada, talvez atravessada frontalmente pela iminência da criação do Estado de Israel, já em dezembro de 1947.

A força do Sionismo é acompanhada pelo papel dos árabes na guerra, assim entramos na segunda dimensão e, nesse ponto, o tom de Zurayk é de crítica. O autor compreende que os árabes estão muito mais isolados dentro da geopolítica internacional, e chega a flertar nos seus escritos com uma aproximação com países fora do eixo, como os da América Latina e Ásia. Contudo, em sua escrita, acaba por recair na situação encontrada pela ação dos próprios árabes, dentro do léxico do fracasso. Em uma primeira argumentação, Zurayk afirma que há causas imediatas e causas subjacentes para esse problema. Sua crítica tende a se centrar na falta de união dos países árabes e na atuação da Liga Árabe. Para o autor, deve-se deixar questões individuais de cada país ou mesmo disputas entre si para focalizar, conjuntamente, no problema da Palestina. Nota-se, neste ponto, um discurso voltado fortemente para esta identidade política e cultural árabe, inserido numa perspectiva pan-arabista, como já dimensionado.

Também vale mencionar que Constantine Zurayk utiliza o termo "árabes da Palestina", uma designação comum para o período, dotada deste pertencimento mais amplo da região, e presente em outras produções e na linguagem intelectual da época. Contudo, pensar em "árabes



da Palestina” não implica em não compreender uma população palestina na região, ou mesmo em um território palestino. Como é possível perceber pelos debates da época, essas identidades não eram excludentes (Khalidi, 2020), e remontam a organizações identitárias anteriores à presença colonial britânica e sionista, assim como faziam parte deste ampliado pertencimento histórico e sociocultural da região do Levante. Nesse sentido, as formulações de identidade antecedem a presença europeia na região e não são simplesmente uma reação ao colonialismo e ao Sionismo. Contudo, à medida que se solidificou a necessidade da formação de um estado nacional em moldes europeus, estas questões se apresentaram de forma mais dicotômica para diferentes países da região, no sentido de angariar uma legitimidade para a criação de um Estado, e a Palestina mais especificamente por apresentar uma situação singular. Estas dinâmicas de identidades e pertencimentos anteriores, inclusive para além do modelo do estado-nação moderno, foram utilizados como argumentos falaciosos, que diziam que a ausência de um “sentimento nacional” exclusivamente palestino demonstraria que a população local não teria direito sobre suas terras e poderia se deslocar para qualquer país árabe.

Ao mesmo tempo, percebe-se um processo de singularização da identidade palestina no decorrer do processo histórico frente aos árabes, sobretudo após 1967, ano em que ocorreu a Guerra dos Seis Dias, com resultado bastante negativo para os países que lutaram contra Israel, e que perderam a guerra. Para a Palestina, o resultado desta derrota foi a ocupação de seus territórios (Cisjordânia, Jerusalém Oriental e Gaza) e um novo processo de deslocamento populacional. Nesse sentido, a década de 1960 marcou uma transformação das relações entre árabes e palestinos, inclusive em tom de crítica aos primeiros, e o crescente entendimento de uma luta “própria” palestina<sup>5</sup>, dimensões posteriores à escrita de Constantine Zurayk. Parte deste debate também teve reverberações na historiografia, uma vez que esta escrita mais recente, como abordaremos, tem preferido utilizar a denominação da população local como “palestina” e não mais “árabes palestinos”.

Zurayk indica cinco princípios para remediar a situação que avalia como a falta de união árabe. A primeira delas seria fortalecer o sentido de perigo e aumentar a força de vontade para a luta. Para o autor, as massas árabes não estariam conscientes dos perigos do Sionismo e o que isto representaria para cada país árabe. Nesse sentido, a união e a mobilização do sentimento e da vontade seriam princípios fundamentais para lidar com a situação. O segundo princípio seria a organização econômica, bem como a mobilização material e militar, de ordem mais pragmática para a luta contra o Sionismo. Os três outros princípios estão relacionados, e são recorrentes em sua

5 Com, por exemplo, movimentos como a Organização pela Libertação da Palestina (OLP), criada em 1964, a Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP), criada em 1967, entre outros.



reflexão: a unificação dos estados árabes para esta luta, devendo-se negociar (inclusive em plano internacional) interesses particulares frente a um bem maior, a Palestina. Neste âmbito também está a importância da mobilização popular e a possibilidade de criação de novas lideranças para incentivar a população e para encampar esta luta de grandeza nacionalista.

Estas ações, organizadas em princípios, são propositivas por parte de Zurayk no sentido de que são factíveis de serem realizadas para uma solução do problema da Palestina. Nestas partes do texto é visível a relação próxima da escrita com a sua realidade contemporânea, em que o texto se mescla com tons de reflexão, conjuntamente dotada de ação, e de possibilidade de “remediação do problema”, expressão utilizada por ele próprio.

Ao mesmo tempo, Zurayk apoia sua exposição em comparações que recaem na retórica do progresso, o que acaba por enfatizar noções de “evolução da sociedade árabe” e, sobretudo, num peso moral acerca da culpabilidade dos árabes em relação à Nakba. Uma dimensão presente no início de seu texto: “Além do colapso material há o colapso dos valores (...) De fato, essa recaída moral e espiritual é mais importante do que a perda material, pois se a resolução de um povo desmorona a sua confiança em si mesmo se perde” (Zurayk, 1956, p. 4, tradução livre do original). Uma ótica, como já mencionado, presente em diversos escritos, especialmente dos intelectuais liberais do período, em um sentido que buscava dar possibilidade de melhoria das sociedades árabes, mas que não conseguia ultrapassar o binômio atraso-progresso, ou mesmo Ocidente-Oriente. Desse modo, a derrota se transforma em fracasso e na culpa pela falta de organização e resistência da população árabe, e menos na ação de violência de ocupação da Palestina. Seguindo esta linha de reflexão, a vitória da Palestina é uma vitória do “ser árabe”, com a sua possibilidade de renovação e renascimento frente aos seus desafios psicológicos, epistêmicos e civilizacionais. Em sua perspectiva, a vitória árabe “(...) não será alcançada a menos que haja uma transformação fundamental na vida árabe. Segue-se que a luta externa para repelir os perigos da agressão está ligada à luta interna para estabelecer um ser árabe sadio” (Zurayk, 1956, p. 35, tradução livre do original). Portanto, há no pensamento de Zurayk diferentes dimensões de reflexão, que atuam a partir do apontamento do impacto do Sionismo e da dimensão colonial no território palestino, bem como da necessidade de união árabe, colocada no sentido prático de resistência e no âmbito mais subjetivo dessas sociedades.

## Zurayk e seus contemporâneos: delineando a Nakba

Zurayk teve um papel central na reflexão acerca da Nakba. As palavras de abertura do seu livro são diretas:



A derrota dos árabes na Palestina não é nem um mero revés nem um simples mal passageiro. É uma catástrofe [nakba] em todo o sentido da palavra, e uma calamidade que é maior do que qualquer uma que já afligiu os árabes em sua longa história de calamidade e tragédia (Zurayk, 1956, p. 2, tradução livre do original).

Compreende-se, portanto, que sua análise atua como ponta de lança para a construção do universo discursivo sobre 1948, com a Nakba em sua centralidade, ainda que com articulações e modificações de seus sentidos já nas décadas seguintes e, mais claramente, ao final do século XX.

Como indicado, o termo Nakba foi incorporado aos trabalhos acadêmicos que se detiveram a falar sobre a história da Palestina no século XX, conformando, ainda que de forma irregular e não sistemática, uma espécie de historiografia da Nakba, utilizando-se do conceito para tratar de diferentes aspectos do episódio e seus desdobramentos. A socióloga Anaheed Al-Hardan (2015, p. 625) reflete sobre a composição de um corpo teórico da Nakba neste período, situando quatro importantes intelectuais. A autora ressalta que parte dessa produção do pós-1948 deve ser analisada como realizada por homens que pertenciam a uma geração e a uma experiência da pré-Nakba, ainda em contexto turbulento do Mandato Britânico, alguns envolvidos diretamente com as questões nacionais do território.

Seguindo com a apresentação e discussão de Al-Hardan, fazemos menção a um primeiro teórico, Musa al-'Alami (1897-1984), um político palestino que escreveu o livro *'Ibrat Falastin [The Lesson of Palestine]*<sup>6</sup>, traduzido de maneira livre como *A Lição da Palestina*, publicado em 1949. Além dele, destaca-se outro autor, Muhammad Nimr al-Hawwari (1908-1984), um advogado palestino que publicou, em 1955, o livro intitulado *Sir al-Nakbah [The Catastrophe's Secret]*, ou *O Segredo da Catástrofe*. Ambos os autores, segundo Al-Hardan, procuraram promover uma reflexão sobre as causas e os "culpados" pelo acontecimento, embora uma autocrítica não tenha sido completamente realizada, focalizando menos no movimento nacionalista palestino em relação ao movimento árabe como um todo, a que foi atribuído a falta de articulação e unidade (Al-Hardan, 2015, p. 625). A partir desta colocação, podemos situar um ponto de contato com a argumentação de Constantine Zurayk.

O terceiro nome é do líder religioso e nacionalista Muhammad Amin al-Husayni (1895-

---

6 Aqui, e para os próximos intelectuais apresentados, utiliza-se a revisão bibliográfica de Al-Hardan (2015), já que não foi possível ter acesso às produções originais. Os títulos em árabe e em inglês são apresentados e sugeridos pela autora.





1974), que escreveu o livro *Haqa'iq 'an Qadiyyat Falastin [The Question of Palestine Facts]*, ou *Fatos sobre a Questão da Palestina*, publicado em 1954, em que atribui parte da culpa à própria população palestina e suas lideranças. Cabe ressaltar que o autor também preferiu usar o termo em árabe *al-karithah*, que quer dizer mais literalmente “desastre”, ao invés de *al-nakbah*, “catástrofe”, como pontua Al-Hardan (2015, p. 626). Por fim, destaca-se a produção do jornalista e historiador palestino 'Arif Al-'Arif (1892-1973) que publicou o livro *al-Nakba: Nakbat Bayt al-Maqdis wal-firdaws al-mafqud [The Catastrophe: Jerusalem's Catastrophe and the Lost Paradise]*, traduzido de maneira livre como *A catástrofe: a catástrofe de Jerusalém e o paraíso perdido*, publicação feita em seis volumes durante os anos de 1956 e 1962. A publicação seria uma espécie de enciclopédia, com documentação militar, política e diplomática, além de uma tentativa de historicizar a Nakba. Em suas palavras:

Como não chamar [este livro] “A Catástrofe”? Nós fomos afligidos por uma catástrofe, nós os árabes em geral e os palestinos em particular, durante este período de tempo de uma forma em que nós não tínhamos sido sujeitados à catástrofe em séculos e em outros períodos: nossa terra natal foi roubada, nós fomos jogados para fora de nossas casas, nós perdemos um número grande de nossos filhos e nossos jovens, e em adição a isso tudo, a raiz de nossa dignidade também foi afligida (Al-'Arif apud Al-Hardan, 2015, p. 627, tradução livre do original).

Para Al-Hardan, a publicação de 'Arif Al-'Arif teria sido uma das primeiras a incluir a categoria de palestinos especificamente, e não somente na coletividade dos árabes, ainda que, segundo a teórica, essas duas denominações estivessem presentes anteriormente. Entretanto, ao direcionar suas análises aos palestinos especificamente, Al-'Arif estaria se distanciando da produção até então existente acerca da Nakba, ou seja, sob a ótica hegemônica da ação dos árabes e do nacionalismo pan-arabista. Esta ressignificação da Nakba é relevante, pois contribui para a compreensão da criação de uma identidade nacional palestina no pós-1948 e, mais destacadamente, ao longo das décadas de 1950 e 1960. Além disso, destacamos que o trecho citado parte da percepção de que a catástrofe não está somente na conjuntura política e nas relações entre países, mas em sua consequência mais real, isto é, no seu efeito violento à população palestina que ali habitava e a questão dos refugiados.

Ainda é possível aproximar o sentido da Nakba ao de um desastre natural e, portanto, impossível de impedir. A antropóloga Honaida Ghanim (2009) analisa a conceitualização da Nakba no pós-1948 a partir da cultura, ainda que retorne aos estudos de autores como Zurayk



e Al-'Arif. Para a autora, um dos temas presentes na produção cultural, recorreram ao léxico do desastre natural para dimensionar a catástrofe e, nestes termos, há um ponto de conexão com um sentido divino – de pedido de proteção ou abandono. Ghanim identifica alguns desses pontos ao buscar a significação da Nakba em um dicionário clássico da língua árabe, o *Lisan Al-Arab* (Ghanim, 2009, p. 26), referida como um dos “maiores desastres do mundo (...) que recaem sobre homem, sociedade ou natureza” (Ghanim, 2009, p. 26, tradução livre do original). Nesse sentido, “o termo abrange elementos complexos das relações de poder entre as vítimas do desastre e sua causa” (Ghanim, 2009, p. 26, tradução livre do original). Esta conceitualização tem suas próprias implicações, segundo a autora, já que ao mesmo tempo em que retira a responsabilidade da população sobre o acontecimento da Nakba – que como vimos, aparece como uma chave de leitura neste contexto, a torna domesticada, em uma relação tensionada entre aspectos humanos e da natureza.

O que fica evidenciado a partir destes autores é que, embora se tenha, em maior ou menor grau, estabilizado o termo Nakba e sua significação geral, a interpretação sobre o evento em si por esses intelectuais diferia em alguns elementos, revelando uma produção que procurou interpretar e dar significado teórico junto aos próprios acontecimentos em andamento. Podemos analisar sentidos da Nakba como: de responsabilidade dos países árabes, falha do Pan-Arabismo, responsabilidade das lideranças nacionalistas palestinas, dos próprios palestinos, responsabilidade do Sionismo e do Imperialismo Britânico, ou mesmo como uma catástrofe “inevitável”. Contudo, uma marca importante deste grupo de autores é a característica de responsabilização para palestinos e árabes, um elemento que os distingue de uma historiografia posterior, como veremos. Ainda que haja avaliações sobre os processos históricos e grupos políticos, por exemplo, a ênfase está menos nesta avaliação valorativa da catástrofe, mas no exame dos desdobramentos e do sentido violento da expulsão e ocupação.

## Permanências e ressignificações da Nakba: aspectos da historiografia recente

A partir da década de 1960, mais especificamente em decorrência da Guerra de Seis Dias, em 1967, um novo movimento na historiografia da Nakba passou a ser debatido. Este confronto, também conhecido como Guerra de Junho, foi denominado de al-Naksa, que pode ser traduzido do árabe como revés ou retrocesso. Retomando o trabalho de Al-Hardan, o termo foi cunhado por Gamal Abdel Nasser (1918-1970), líder político egípcio, e foi acompanhado por críticas e reflexões, inclusive de Constantine Zurayk, com o livro *Ma'na al-Nakbah Mujaddadan [The Meaning of the Catastrophe Anew]*, traduzido de maneira livre como *O Significado da Nakba mais uma vez*,



de 1967. E também do professor de filosofia, o sírio Sadik Jalal al-Azm (1934-2016), com seu livro publicado em 1968, *al-Naqd al-Dhati Ba'd al- Hazimah [Self- Criticism after the Defeat]*, ou *Autocrítica depois da derrota*. Para a autora, ambos, que partiam de linhas teóricas distintas, concordaram que 1967 teria ocorrido pela condição encontrada na Palestina desde 1948, sem estrutura econômica e social para garantir um sucesso na luta pelo território (Al-Hardan, 2015, p. 631). Nesse sentido, os autores defendiam que a ideia da Naksa como revés não condizia como uma simples derrota em uma guerra, mas em uma condição predecessora. A permanência da Nakba, então, enfatiza discursivamente a permanência da palavra na cultura palestina como um marco de ruptura histórica e temporal.

Desde então, diferentes formas de abordagens têm sido colocadas, especialmente nas últimas décadas, e tentaremos traçar um mapeamento geral destes estudos, ainda que cientes que não será possível esgotar as referências. Na década de 1970, o professor egípcio Ali Dessouki (1973), no artigo *Arab Intellectuals and Al-Nakba: The Search for Fundamentalism*, traduzido como *Intelectuais Árabes e a Nakba: a busca por fundamentos*, procura compreender a Nakba, analisando os anos de 1948 e 1967 dentro de diferentes perspectivas, a partir da indagação acerca do papel dos árabes neste processo. Para isso, o teórico trata de três correntes que explicaram a Nakba de formas diversas, sendo elas a “resposta liberal e secular”, a “resposta religiosa islâmica” e a “resposta socialista revolucionária”. Nesse enquadramento, por exemplo, Dessouki atribui a concepção de Zurayk como estando na primeira corrente secular e liberal.

No final da década de 1970, destacamos também a publicação de Edward Said, *A Questão da Palestina* (2012), uma obra que aborda a problemática palestina por diferentes vieses, seja a política em específico, refletindo sobre o papel da Organização pela Libertação da Palestina (OLP) e dos Acordos de Camp David, seja a partir do papel discursivo ocidental acerca da existência palestina, articulando a necessidade de reconhecimento a uma luta de interpretação (no sentido atribuído pela sua ideia de Orientalismo) e a uma luta prática por direitos. O próprio Said, ao final do livro, comenta algumas bibliografias relevantes no estudo da Palestina em seu período de escrita, destacando o trabalho de Ibrahim Abu-Lughod (1929-2001) e Walid Khalidi (1925 - ). Inclusive, é deste autor a organização de *All that Remains: The Palestinian Villages Occupied and Depopulated by Israel in 1948*, em português, *Tudo que resta: as vilas palestinas ocupadas e despovoadas por Israel em 1948*, de 1992, uma publicação que trata da compilação de informações acerca das aproximadamente 400 vilas destruídas ou evacuadas por Israel no período da Nakba.

Uma história política-institucional palestina tem sido a abordagem do historiador palestino Rashid Khalidi, hoje professor da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos.



Khalidi é autor de diversos livros, como *Under Siege: PLO Decision-making during the 1982 War* [Sob cerco: as decisões da OLP durante a guerra de 1982], publicado em 1986, *Palestinian Identity: The Construction of Modern National Consciousness* [Identidade palestina: a construção da consciência nacional moderna], de 1997; e *The Iron Cage: The Story of the Palestinian Struggle for Statehood* [A gaiola de ferro: a história da luta palestina em busca de um Estado], de 2006. Em suas pesquisas, o teórico busca tratar das relações internacionais envolvidas na questão palestina, ressaltando a centralidade da Declaração de Balfour, de 1917, e a intervenção contemporânea dos Estados Unidos. A reflexão sobre a Organização pela Libertação da Palestina também é um tema recorrente de seus trabalhos, em que Khalidi se propõe a fazer uma leitura sobre as ações da OLP e de Yassir Arafat (1929-2004), amparando um debate mais amplo sobre a formação da identidade nacional palestina.

Mais recentemente, preocupado com os impactos da ocupação israelense, a Nakba é revisitada no livro *The Hundred Year's War on Palestine* [A Guerra de Cem Anos na Palestina], publicado em 2020. Para o teórico, a Nakba está em andamento até o presente, como reforça a historiografia recente analisada, atualizada a partir das políticas do Estado de Israel de ocupação e violência. No livro, Khalidi propõe uma divisão de capítulos que seguem seis declarações de guerra feitas à Palestina, começando, na perspectiva do autor, com a Declaração de Balfour. Nesse sentido, Khalidi reforça duas questões que levaram à ruptura da Nakba: o colonialismo britânico e a existência do Sionismo, visualizado por alguns atores políticos palestinos ainda no século XIX e início do XX, como mencionado anteriormente. No entanto, uma novidade é colocada por Khalidi na escrita de seu livro, a própria inserção do autor na história palestina. Nesse sentido, mantém seu olhar analítico sobre o processo palestino, destacando as relações político-institucionais ao longo do tempo, mas entrelaça estas análises com sua própria carga testemunhal, ele mesmo um participante ativo de negociações internacionais na ONU, por exemplo, ou mesmo enquanto um sobrevivente de ataques quando da invasão israelense ao Líbano em 1982.

Enquanto Khalidi reflete mais detalhadamente sobre a atuação da Inglaterra e dos Estados Unidos, o historiador Nur Masalha, professor da Universidade de Londres, na Inglaterra, se detém na análise do Sionismo e no processo de ocupação colonial sionista, atribuindo a esta ideologia – e processo, ao resultado da Palestina em 1948. Os livros *Expulsion of the Palestinians: The Concept of "Transfer" in Zionist Political Thought* [Expulsão dos palestinos: o conceito de "transferência" no pensamento político sionista], de 1992, *Imperial Israel and the Palestinians: The Politics of Expansion* [Israel Imperial e os Palestinos: a política de expansão], publicado nos anos 2000 e *The Politics of Denial: Israel and the Palestinian Refugee Problem* [A Política da Negação: Israel e o Problema dos Refugiados Palestinos], de 2003, traçam o Sionismo sob uma



perspectiva histórica, bem como analisa os planos de transferência (expulsão) dos palestinos do território.

Em produções mais recentes, Nur Masalha têm direcionado suas perspectivas analíticas para a produção do conhecimento palestino, pautando questões de subalternidade. Ainda que não destoante do publicado até então, as novas preocupações de Masalha indicam um caminho historiográfico mais marcadamente pós-colonial a partir de tendências decoloniais, na medida em que questiona parte da produção historiográfica existente e os registros oficiais. No livro organizado por ele e pela socióloga Nahla Abdo (2018), intitulado *An oral history of the Palestinian Nakba [Uma história oral da Nakba Palestina]*, o capítulo de abertura, escrito por Masalha, apresenta uma problemática relevante. Intitulado *Decolonizing methodology, reclaiming memory: Palestinian oral histories and memories of the Nakba [Decolonizando a metodologia, recuperando memória, história oral palestina e as memórias da Nakba]*, o autor trata da produção de conhecimento histórico e da história da Palestina contemporânea a partir da Nakba. Assim, defende a necessidade de produção de histórias contra hegemônicas, de “baixo para cima”, termo utilizado por ele e, nesse sentido, narrar a história palestina potencializaria estratégias decoloniais para uma história das margens. A tensão discutida por Masalha é a de que conhecimento e poder estão intimamente relacionados e, no caso da história da Palestina, a história hegemônica tem servido aos historiadores israelenses<sup>7</sup> que se utilizam dos arquivos e documentos do Estado de Israel para ratificarem a veracidade de suas análises (inclusive ao buscarem um tom de neutralidade) e, em consequência, geram a negação dos processos históricos vividos pelos palestinos. Masalha (2018, p. 7) ainda lembra que, em decorrência da expulsão de palestinos, o nascente Israel se apropriou de toda sua cultura material – desde livros a móveis, gerando, por um lado, a incorporação destes para o novo projeto cultural israelense, e por outro, dando inacessibilidade aos palestinos aos seus próprios registros.

Nesse sentido, a utilização da história oral, que para o autor inicia-se ainda na década de 1970, com o trabalho de Rosemary Sayigh, é uma maneira de se produzir novas histórias, explorar elementos das memórias divididas sobre a Nakba e seus desdobramentos e, de fato, proporcionar uma história “de baixo”, individual e coletivizada, e que pode ainda, potencialmente, angariar diferentes vozes ao processo de construção nacional palestino. Para Masalha (2018, p. 17), as estruturas da oralidade e memória foram fundamentais para a sobrevivência da Palestina no pós-1948, de maneira que projetos de memorialização tornaram-se formas de resistência cultural, bem como alteraram formas de organização social. Nesse sentido, serve de problematização às

7 Por exemplo, a crítica feita aos “novos historiadores”, movimento historiográfico dos anos 1980 (Masalha, 2012; 2018; Tolosa, 2018), sobre a escrita da história de Israel e as problematizações sobre a constituição do país.



formas de conhecimento e poder envolvidos na produção e acesso de documentos, sendo a relação entre história e memória – e seus registros – um fundamental ponto de partida para se narrar histórias subalternas e questionar a história oficial. Como ressalta o autor, alguns pesquisadores israelenses utilizam da ideia de que arquivos distorcem menos que testemunhos orais, o que, em último caso, não está limitado a uma discussão historiográfica somente, mas para um apagamento da produção de conhecimento sobre a Palestina como um todo (Masalha, 2018, p. 22). Assim, percebemos que os próprios termos utilizados nos seus textos – decolonização, subalterno e memória – sugerem sua preocupação epistemológica com as tendências contemporâneas da historiografia, que dialogam com a questão palestina, inclusive em sua associação com outros povos indígenas dizimados. Ademais, o autor sugere a existência de uma subdisciplina dos estudos palestinos, que são os próprios “estudos da Nakba” [*Nakba studies*] (Masalha, 2018, p. 11), e que, portanto, são indicativos do aumento do interesse na formação de registros e pesquisas em torno da temática da Nakba.

Outras questões também são adicionadas para compreensão dos sentidos desta catástrofe, em uma linha teórico-epistêmica consonante com as produções mais recentes. Nahla Abdo, por exemplo, enfatiza a importância de um olhar feminista indigenista sobre as mulheres palestinas para melhor entender as estruturas do patriarcado e organização social a partir do capitalismo e da colonização. Ainda, ao refletir sobre o termo, Abdo afirma que há pouca produção acadêmica que teoriza a Nakba enquanto genocídio (Abdo, 2018, p. 58). Dessa forma, Abdo utiliza essa conceituação para enfatizar a noção de um processo de extermínio contínuo, e nesse ponto, o trabalho da autora ilustra uma tendência historiográfica, isto é, de que a Nakba deve ser entendida como um processo que começou antes de 1948 e que continua até o presente. De certa forma, ainda que com encaminhamentos metodológicos diferentes, todos os autores desta historiografia renovada concordam sobre este caráter processual da Nakba e as reatualizações da catástrofe no tempo presente. Ademais, a exploração da memória, seja conceitualmente, seja no registro das memórias de diferentes gerações, parece ser uma abordagem contemporânea fortemente explorada – em direta relação com a discussão de Masalha em termos do questionamento à produção de uma história escrita oficial e hegemônica.

Tema presente também em livros como o organizado por Lila Abu-Lughod e Ahmad Sa’di (2007), com tópicos sobre memorialização e registro, testemunho, mapeamento do passado, entre outros. Inclusive, no capítulo de Abu-Lughod, a autora apresenta a discussão sobre o conceito de pós-memória para a questão palestina. Cabe destacar que muitos destes autores/as que exploram o tema da memória e oralidade são de áreas das Ciências Sociais, como a Antropologia e a Sociologia. Nesse sentido, a interdisciplinaridade pode indicar alguns caminhos



de investigação, com a produção de etnografias e entrevistas – trabalhando diretamente com produção de registros e memorialização, por exemplo, focalizado nas experiências diversas (e ao mesmo tempo similares) da população palestina à luz da Nakba enquanto fato e processo histórico.

Além disso, outras espacialidades têm sido exploradas no estudo da Palestina, como a abordagem de palestinos em Israel (Ghanem, 2001; Pappé, 2011; Nassar, 2017) e os palestinos refugiados em países vizinhos. Como já mencionado, o trabalho de Rosemary Sayigh é um importante marco na historiografia palestina, a partir do livro *From Peasants to Revolutionaries: A People's History [De camponeses a revolucionários: uma história do povo]*, publicado em 1979, valendo-se da história oral para registrar a trajetória de palestinos no Líbano. Em seu outro livro, de 1994, *Too many enemies: the palestinian experience in Lebanon [Muitos inimigos: a experiência palestina no Líbano]*, Sayigh permanece com preocupações de pesquisa semelhantes, inclusive, a teórica realiza, na primeira parte do livro, uma história oral do campo de refugiados de Shatila a partir de entrevistas com moradores. Uma ótica mais recente é proposta por Julie Peteet, nos livros em que trata da mobilidade e do controle de corpos palestinos em campos de refugiados no Líbano e na Cisjordânia. Através do uso da etnografia, Peteet trata das geografias físicas e políticas em *Landscape of hope and despair: Palestinian Refugee Camps [Paisagem de esperança e desespero: campos de refugiados palestinos]*, de 2005. Estas proposições dão abertura para tratar de dimensões integradas da catástrofe, seja pela abordagem do cotidiano, seja através das estruturas de violência, delineando uma Nakba reatualizada.

Como é possível observar, os encaminhamentos desta historiografia recente dão dimensão da solidificação da Nakba enquanto, intrinsecamente, uma catástrofe, e não em sua dimensão de culpabilidade árabe-palestina, como é possível visualizar na primeira geração de intelectuais que conceituaram o termo, como o próprio Constantine Zurayk. Masalha (2012) fundamenta que houve um silenciamento das vozes da população palestina em relação à Nakba, em certo período, porque foi associada à derrota e vergonha, e esta concepção ficou, segundo o autor, incontestada até a década de 1970, o que corrobora com algumas problemáticas já tratadas nas produções anteriores. Conjuntamente a esta reavaliação sobre os significados da Nakba, esta produção mais recente denomina a população local como “palestina” e não mais “árabes palestinos” – ainda que reconheçam as identidades complementares e não contraditórias, a exemplo do já citado Khalidi. Esta tendência historiográfica é acompanhada por uma minuciosa investigação dos desdobramentos da história palestina pré e pós-Nakba, nas mais diversas perspectivas, analisando-os sob uma identidade palestina mais demarcada, enfatizando uma preocupação com a resistência ao apagamento palestino realizado por uma escrita da história



hegemônica “oficial”, que ignora perspectivas palestinas e árabes.

## Considerações finais

Ao final deste percurso, é possível perceber alguns caminhos de formação do conceito da Nakba. O artigo partiu do livro de Constantine Zurayk, *Ma'na al-Nakba (O Significado da Nakba)*, publicado em 1948, que foi o primeiro a utilizar o termo nesta abordagem para os acontecimentos do contexto da criação do Estado de Israel, seguindo para autores que produziram reflexões no mesmo período de Zurayk na década após os acontecimentos de 1948; e por fim, para uma discussão sobre uma historiografia mais recente, sobretudo a partir da década de 1970. Nesse sentido, desde a sua concepção para designar a calamidade frente à ação sionista e a criação do Estado de Israel, percebemos transformações no contorno analítico do conceito, especialmente quando este é visualizado como um marcador identitário palestino, assim como uma historiografia preocupada em dar visibilidade aos processos históricos sob uma perspectiva contra hegemônica, e nesse sentido, em busca de um registro histórico.

As primeiras produções foram fundamentais porque tiveram a tarefa de refletir sobre um acontecimento histórico imediato e devastador, atividade realizada por esses intelectuais, como Zurayk e outros, de compreender a situação e de certa forma, agir sobre aquela realidade. É perceptível, neste ponto, que estes escritores se entenderam responsáveis em seu papéis enquanto intelectuais para uma atuação prática, para além do próprio sentimento identitário, como o pan-árabe, presente naquele período. A existência de publicações neste contexto também permite pensarmos no cenário intelectual e na circulação de ideias acerca da ocupação colonial na região do Oriente Médio e no problema mais específico do Sionismo na Palestina. Ainda que, como vimos, muitas vezes cedendo a sentidos de progresso e modernização eurocêntricos, a possibilidade de visibilizar o problema da Palestina, e tomá-lo como uma catástrofe – a própria Nakba, contribuiu centralmente para a reflexão de seu significado na escrita da história árabe e palestina.

Assim, enquanto os primeiros teóricos pensaram a Nakba associando-a a um diagnóstico político, e intimamente relacionado a uma tarefa das nações árabes, as novas produções têm incorporado este termo como elemento significante pela própria sociedade na construção de sua luta. Nesse sentido, a historiografia tem focalizado na história das populações palestinas, articulando as categorias de memória, oralidade e cultura, e refletindo sobre os impactos, as realidades e resistências palestinas, considerando também as condições do exílio, dos palestinos que vivem em Israel e as condições espaciais e de mobilidade (e sobretudo imobilidade) nos





territórios ocupados. Aqui, o identificador palestino é particularmente relevante, e busca dar conta de uma invisibilidade histórica colocada pela narrativa sionista acerca dos habitantes da terra, bem como traça elementos de crítica a uma indiferença sentida muitas vezes no mundo árabe. Ao buscar o olhar para o palestino e a população, também está contemplada uma ampliação dos estudos para outros sujeitos dentro da própria sociedade, articulando o papel de intelectuais, bem como da mobilização da população local antes mesmo da criação de Israel.

Nesse desenvolvimento da historiografia, é possível perceber que, apesar de Zurayk ter sido responsável pelo uso do termo Nakba, e possivelmente ter contribuído para a sua popularização acadêmica em seu tempo, há diferenças perceptíveis na fundamentação das explicações para a existência da Nakba na escrita mais recente. Como mencionado, o resgate de elementos históricos, etnográficos, documentais da história palestina está no centro das preocupações desta historiografia, que busca genealogias particulares, para além do pertencimento árabe, e assim se distancia de Zurayk e outros que tinham a ação política regional como ponto fundamental. Nesse sentido, a historiografia mais atual mostra um esforço nitidamente epistemológico – ainda que político também, que combate diretamente o discurso hegemônico da escrita oficial de Israel sobre a região. Portanto, esta organização do conceito segue menos uma linearidade, mas apresenta pontos de fundamentações em diferentes bases e não necessariamente em Zurayk. As transformações históricas ocorridas a partir de 1967, como apresentadas no artigo, podem dar pistas para essas mudanças bastante significativas da historiografia. Contudo, para além do uso contínuo do termo Nakba, um elemento importante que tem permanência nas produções analisadas, já presente em Zurayk, é sua abordagem sobre o Sionismo e sua ação política para a transformação do território e da população palestina.

A conceitualização da Nakba também sofre ressignificações na medida em que é um conceito que extrapola as significações acadêmicas, e está integrado aos sentidos de pertencimento de palestinos, sendo, portanto, uma dimensão que é impactada, reforçada e transformada nesta comunicação entre círculos intelectuais e cotidianos (que não são dicotômicos, mas podem apresentar singularidades de comunicação, reflexão e circulação). Ressalte-se que o esforço neste artigo é historiográfico, portanto, focado na construção de uma escrita acadêmica-intelectual, e não direcionado às diversas produções realizadas por diversos sujeitos e comunidades de palestinos, ainda que seja um caminho interessante e pertinente para se percorrer. Ademais, a Nakba e sua processualidade contribuem para a construção dos sentidos das identidades palestinas, em uma dupla análise que é a produção social e cultural e a escrita da história palestina.

Por fim, entendemos que a Nakba é um termo que produz dimensões temporais singulares. Abarcamos um evento histórico, a Nakba, referido ao processo de expulsão da população



palestina em 1948, mas também a compreendemos como um processo em andamento, e com desdobramentos bastante sombrios para os palestinos no tempo presente. Nesse sentido, temos sobreposições temporais dentro da Nakba, um ponto de ruptura marcado no tempo, mas uma reatualização traumática cotidiana – como um tempo fixado para palestinos que vivem em Israel, nos territórios ocupados, como refugiados e na diáspora. Aliás, estar longe da terra por condição imposta também abre uma nova temporalidade de relação com a catástrofe, o ponto inaugural que estabeleceu o estado exílico, e o início de um tempo cindido, de vazio e expectativa (Said, 2003). Por outra perspectiva, podemos traçar a sobreposição da temporalidade da colonização e da catástrofe. Israel, e sua forma de dominação imperialista e de substituição populacional, reproduz uma lógica colonial gestada no século XIX. Por sua vez, na Palestina, o tempo ainda é aquele da resistência anticolonial, sobreposto por camadas de outras temporalidades próprias da contemporaneidade. São estas dimensões que atravessam os múltiplos tempos, a luta pela libertação nacional e inauguração de um tempo “pós-colonial”.

## Referências

- ABDO, Nahla. Feminism, indigenosity and settler colonialism: oral history, memory and the Nakba. In: ABDO, Nahla; MASALHA, Nur (eds.). **An Oral History of the Palestinian Nakba**. London: Zed Books, 2018. p. 40-64.
- AL-HARDAN, Anaheed. Al- Nakbah in Arab Thought The Transformation of a Concept. **Comparative Studies of South Asia, Africa and the Middle East**, Durham, vol. 35, n. 3, p. 622-638, 2015.
- BARNETT, Michael. **Dialogues in Arab Politics: Negotiations in Regional Order**. New York: Columbia University Press, 1998.
- BAROUD, Ramzy. How Nakba came to define collective Palestinian identity. **The Jordan Times**. 25 de abril de 2023. Disponível em: <https://jordantimes.com/opinion/ramzy-baroud/how-nakba-came-define-collective-palestinian-identity>. Acesso: 22 jun. 2023.
- BEININ, Joel. **Was the red flag flying there? Marxist politics and the Arab-Israeli conflict in Egypt and Israel, 1948-1965**. Oakland: University of California Press, 1990.
- DESSOUKI, Ali. Arab Intellectuals and Al-Nakba: The Search for Fundamentalism. **Middle Eastern Studies**, London, vol. 9, n. 2, p. 187-195, 1973.
- GERGES, Fawaz A. **Making the arab world: Nasser, Qutb, and the clash that shaped the Middle East**. Princeton & Oxford: Princeton University Press, 2018.
- GHANEM, As'ad. **The Palestinian-Arab Minority in Israel, 1948-2000**. New York: State of New York University Press, 2001.
- GHANIM, Honaida. Poetics of Disaster: Nationalism, Gender, and Social Change Among Palestinian Poets in Israel After Nakba. **International Journal of Politics, Culture and Society**, Switzerland, vol. 22, n. 1, p. 23-39, 2009.
- HOURANI, Albert H. **Arabic thought in the liberal age 1798-1939**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- KHALIDI, Rashid. **Palestinian Identity: the construction of modern national consciousness**. New York: Columbia University Press, 1997.



- KHALIDI, Rashid. **The iron cage**: the story of the palestinian struggle for statehood. UK: Oneworld Oxford, 2007.
- KHALIDI, Rashid. **The Hundred Year's War on Palestine**: a history of settler colonial conquest and resistance, 1917-2017. New York: Metropolitan Books, 2020.
- KHALIDI, Walid (ed.) **All That Remains: The Palestinian Villages Occupied and Depopulated by Israel in 1948**. Washington D.C.: The Institute for Palestine Studies, 1992.
- MASALHA, Nur. **Expulsion of the Palestinians**: the concept of "transfer" in Zionist Political Thought (1882-1948). Washington: Institute for Palestine Studies, 1992.
- MASALHA, Nur. **Politics of Denial**: Israel and the Palestinian Refugee Problem. London & Sterling, Virginia: Pluto Press, 2003.
- MASALHA, Nur. **The Palestinian Nakba**: Decolonising History, Narrating the Subaltern reclaiming Memory. New York: Columbia, 2012.
- MASALHA, Nur. Decolonizing methodology, reclaiming memory: Palestinian oral histories and memories of the Nakba. In: ABDU, Nahla; MASALHA, Nur. **An Oral History of the Palestinian Nakba**. London: Zed Books, 2018. p. 6-39.
- MATAR, Dina. **What it means to be Palestinian**: stories of Palestinian peoplehood. New York: I.B. Tauris, 2011.
- MEIHY, Murilo. S. B. "Às vezes, somos todos palestinos": O uso político da Questão Palestina por líderes árabes na segunda metade do século XX. **História**, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 37-56, 2014.
- NASSAR, Maha. **Brothers apart**: palestinian citizens of Israel and the Arab World. Stanford: Stanford University Press, 2017.
- PAPPÉ, Ilan. **The Forgotten Palestinians**: A History of the Palestinians in Israel. New Haven: Yale University Press, 2011.
- PETEET, Julie. **Landscape of Hope and Despair**: Palestinian Refugee Camps. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2005.
- ABU-LUGHOD, Lila. Return to Half-Ruins: memory, postmemory, and living history in Palestine. In: SA'DI, Ahmad H.; ABU-LUGHOD, Lila. **Nakba**: Palestine, 1948, and the claims of memory. New York: Columbia University Press, 2007. p. 77-104.
- SAID, Edward. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. Tradução: Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SAID, Edward. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. Tradução: Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo**. Tradutor: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SAID, Edward. **A questão da Palestina**. Tradução: Sonia Midori. São Paulo: Editora UNESP, 2012.
- SAYIGH, Rosemary. **Too many enemies**: the palestinian experience in Lebanon. London: Zed Books, 1994.
- SAYIGH, Rosemary. **The Palestinians**: from peasants to revolutionaries. London: Zed Books, 2008.
- SEIKALY, Sherene. **Men of Capital**: scarcity and economy in Mandate Palestine. California: Stanford University Press, 2016.
- SHEEHI, Stephen. **Foundations of Modern Arab Identity**. Gainesville: University Press of Florida, 2006.
- TOLOSA, Jorge. Propuestas para decolonizar Palestina-Israel. In: MENESES, M; BIDASECA, K. **Epistemologías del sur**. Buenos Aires: Clacso, 2018.
- WINDER, R. Bayley. Translator's Preface. In: ZURAYK, Constantine. **The Meaning of the Disaster**. Translated by R. Bayly Winder. Beirut: Khayat's College Book Cooperative, 1956. p. vii-xi.
- ZURAYK, Constantine. **The Meaning of the Disaster**. Translated by R. Bayly Winder. Beirut: Khayat's College Book Cooperative, 1956.



### Informações Adicionais

#### Biografia profissional:

Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora do Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo/UFES. Estuda e pesquisa a constituição do Oriente Médio no período contemporâneo, com enfoque na História da Palestina na área de estudos da Nakba, a produção cultural e formação de identidades e resistências palestinas.

#### Endereço para correspondência:

Universidade Federal do Espírito Santo. Av. Fernando Ferrari, 514 - Goiabeiras, Vitória - ES | CEP 29075-910.

#### Financiamento:

Não se aplica

#### Conflito de interesse:

Nenhum conflito de interesse foi declarado

#### Aprovação no comitê de ética:

Não se aplica

#### Modalidade de avaliação:

Duplo-cega por pares.

#### Contexto de pesquisa

O artigo deriva da tese "Mil e uma Palestina(s): dimensões de narração, construções espaço-temporais e inscrição de cultura a partir da literatura de escritoras palestinas na contemporaneidade", orientada por Murilo Sebe Bon Meihy, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Social, defendida no ano de 2022 - link <https://minerva.ufrj.br/F/FSVKHIG7EBPLM5X5XB1MTRA877I9S5QL5DK66L88X81LC6IIKI-46677?func=short-rank&action=RANK&W01=carolina&W02=ferreira&W03=de&W04=figueiredo&W05=ADJ>

#### Preprint

O artigo não é um preprint.

#### Disponibilidade de dados de pesquisa e outros materiais

Não se aplica.



### Editores responsáveis

Rebeca Gontijo – Editora-chefe

Francine Legelski - Editora executiva

### Direitos autorais

Copyright © 2024 Carolina Ferreira de Figueiredo

### Licença

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](#).



### Histórico de avaliação

Data de submissão: 09 de agosto de 2023

Data de alteração: 23 de fevereiro de 2024

Data de alteração: 22 de julho de 2024

Data de aprovação: 05 de agosto de 2024